



FIOCRUZ

# **Concurso Público Fiocruz 2023**

**Tecnologista em Saúde Pública**

**Prova Objetiva e Discursiva**

**TE89 - Engenharia de Segurança do Trabalho**



# Prova Objetiva

**01.** A Convenção 190 da OIT estabeleceu novas normas globais com o objetivo de acabar com a violência e o assédio no mundo do trabalho. No tocante às medidas de aplicação e reparação a serem tomadas por cada país membro da OIT, avalie se são verdadeiros(V) ou falsos (F) os seguintes enunciados:

- I - Garantir o fácil acesso a mecanismos e procedimentos seguros como a proteção contra a vitimização ou retaliação contra os queixosos, as vítimas, as testemunhas e denunciantes.
- II - Proteger a privacidade e a confidencialidade dos indivíduos envolvidos.
- III - Priorizar mecanismos de resolução de conflitos no âmbito do local de trabalho ao invés de prever sanções jurídicas.

Os enunciados I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

**02.** A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU possui 17 Objetivos e 169 metas. O objetivo 8 trata da “promoção do crescimento econômico sustentado, do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos.” Das metas estabelecidas para este objetivo a correta é:

- (A) sustentar o crescimento econômico per capita e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 20% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.
- (B) atingir níveis mais elevados de produtividade das economias periféricas por meio da especialização tecnológica por país, inclusive por meio de um foco em setores de baixo valor agregado e dos setores menos intensivos em mão de obra.
- (C) fortalecer a capacidade das instituições financeiras internacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
- (D) até 2030, alcançar o pleno emprego prioritariamente para as pessoas com deficiência e logo após, nos 10 seguintes, priorizar as mulheres negras e indígenas.
- (E) proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

**03.** A Lei nº 8.080/1990, conhecida como lei orgânica da saúde, estabeleceu que a saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores. Fazem parte destas atividades, EXCETO:

- (A) execução de ações de saneamento básico urbano visando melhorar as condições de moradia dos trabalhadores informais.
- (B) participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.
- (C) revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.
- (D) a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- (E) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.

**04.** A Portaria nº 1.823/2012 do Ministério da Saúde institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). No tocante à implementação dessa Política, observe as seguintes afirmativas:

- I - Dever-se-á considerar a articulação entre o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.
- II - Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, temporário, aprendiz, estagiário, exceto aposentados e desempregados, são sujeitos desta Política.
- III - Pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles inseridos em atividades informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, deverão ser priorizados.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e III estão corretas.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**05.** São estratégias da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), EXCETO:

- (A) análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores.
- (B) estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) no contexto da Rede de Atenção à Saúde.
- (C) fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial, envolvendo, quando couber, os Ministérios do Meio Ambiente, do Trabalho e do Emprego, da Previdência Social, o SUS e o Ministério Público.
- (D) precedência de ações de assistência aos trabalhadores acidentados sobre as ações de promoção aos trabalhadores saudáveis.
- (E) desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, incluindo o apoio à capacitação voltada para os interesses do movimento social, movimento sindical e controle social, em consonância com as ações e diretrizes estratégicas do SUS.

**06.** Considerando a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, avalie se são verdadeiras(V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- I - Compete ao Ministério da Previdência Social, por intermédio do INSS, realizar ações de reabilitação profissional.
- II - Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho.
- III - A promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a assistência integral à saúde do trabalhador são os objetivos da PNSST.

As afirmativas I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

**07.** O Ministério da Saúde estabeleceu em 2014 um conjunto de diretrizes de implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) no SUS. Considerando os princípios contidos nestas diretrizes, é correto afirmar que:

- A) integralidade significa a integração de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças, de tratamento e de reabilitação.
- B) princípio da precaução compreende a não interferência em cadeias produtivas que podem gerar risco de demissão em massa de trabalhadores.
- C) participação Social diz respeito à garantia de participação dos trabalhadores na implementação de um plano de ação após a realização do diagnóstico elaborado por técnicos responsáveis pela VISAT.

D) integração interinstitucional pressupõe a integração das instâncias internas ao SUS.

E) caráter transformador pressupõe processo pedagógico que requer a participação dos sujeitos e implica em assumir compromisso ético em busca da melhoria dos ambientes e processos de trabalho.

**08.** As diretrizes de implantação da VISAT no SUS de 2014 também estabeleceram critérios para a definição de ações de vigilância. Em relação a estes critérios, observe as afirmativas abaixo:

- I - A priorização social estabelece o atendimento de questões priorizadas pelos movimentos sociais como critério de planejamento de ações de vigilância.
- II - Abordagem territorial consiste em uma observação socioespacial e de intervenção por varredura, em pequena área geográfica previamente delimitada (setor censitário, distrito de saúde, bairro, distrito industrial, município etc.)
- III - A abordagem por ramo de atividade econômica deve integrar a análise em atividades de risco no âmbito de um setor produtivo, em uma ação que deve abranger o conjunto de empresas de um determinado ramo.

Das afirmativas acima:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I está correta
- (D) apenas I e III estão corretas.
- (E) apenas I e II estão corretas.

**09.** São valores fundantes no processo de efetivação da Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS:

- A) a cidadania plena, a ética, a solidariedade, a felicidade, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade e a inclusão social.
- B) a ética, a solidariedade, a paz social, a inclusão social, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade e a transparência.
- C) o respeito às diversidades, a inclusão social, a intersectorialidade, a solidariedade, a justiça, a felicidade, a humanização e a corresponsabilidade.
- D) a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social.
- E) a humanização, a solidariedade, a felicidade, a ética, a inclusão social, a corresponsabilidade, a integralidade e o respeito às diversidades.

**10.** A Política Nacional de Promoção da Saúde estabelece os seguintes temas prioritários, EXCETO:

- A) alimentação adequada e saudável.
- B) enfrentamento do uso abusivo de álcool e de outras drogas.
- C) saneamento básico.
- D) promoção da cultura da paz e dos direitos humanos.
- E) promoção do desenvolvimento sustentável.

**11.** Desde de 2017 a CLT tem sido modificada por leis que visam adequar a legislação às novas relações de trabalho, como a prestação de serviços em regime de teletrabalho. Considerando estas recentes alterações da CLT, avalie se são verdadeiros(V) ou falsos (F) as seguintes afirmativas:

- I - O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.
- II - É proibido a adoção do regime de teletrabalho para estagiários e aprendizes.
- III - As despesas com a aquisição e a manutenção dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária à prestação do trabalho remoto serão integradas à remuneração do empregado.

As afirmativas I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V
- (B) V, V e F
- (C) V, F e F
- (D) F, V e V
- (E) F, F e F

**12.** Considerando as disposições gerais das Normas Regulamentadoras – NR relativas à segurança e saúde no trabalho e descritas na NR- 01, é correto afirmar que:

- (A) as NR aplicam-se exclusivamente, nos termos da lei, aos empregadores e empregados urbanos.
- (B) as NR são de observância obrigatória pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, mesmo que não possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) não cabe ao trabalhador submeter-se aos exames médicos previstos nas NR, pois sua participação é voluntária.
- (D) o trabalhador poderá interromper suas atividades quando constatar uma situação de trabalho que envolva um risco grave e iminente para a sua vida e saúde, desde que avise seu superior hierárquico com antecedência de uma hora.
- (E) as organizações obrigadas a constituir CIPA devem adotar medidas com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho.

**13.** A NR-15 estabelece as atividades que devem ser consideradas insalubres, gerando direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores. Segundo essa Norma, é correto afirmar que:

- (A) o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional incidente sobre o seu salário bruto.
- (B) são consideradas atividades ou operações insalubres as realizadas no transporte e armazenagem de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos.
- (C) a avaliação da insalubridade de atividades realizadas sob exposição ocupacional ao benzeno deve ser feita considerando os limites de tolerância para este agente químico.
- (D) atividades que envolvem agentes biológicos devem ser avaliadas qualitativamente e não por limite de tolerância.
- (E) Em operações onde trabalhadores são expostos às radiações ionizantes não há limite de tolerância, devendo a insalubridade ser estabelecida apenas de forma qualitativa.

**14.** A Lei nº 9.029/1995 proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. No tocante a esta lei, observe as seguintes afirmativas:

- I - Instituições privadas podem oferecer serviços de planejamento familiar desde que estejam submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II - A exigência de exame de gravidez é permitida excepcionalmente em atividades onde seja constatado grau máximo de insalubridade.
- III - É proibida a adoção de qualquer prática limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ressalvadas as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas na Constituição Federal.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas I e III estão corretas.
- (C) apenas II está correta.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**15.** A Portaria Normativa nº 03/2010 estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Segundo essa Norma, é correto afirmar que a(o):

- (A) processo de trabalho é a realização de atividades desenvolvidas, individualmente ou em equipe, constituindo-se num conjunto de recursos e atividades que transformam insumos e produzem serviços e que pode interferir na saúde física e psíquica do servidor.
- (B) ambiente de trabalho inclui o modo como o trabalho é estruturado e gerenciado desde sua concepção até a sua finalização.
- (C) organização de trabalho compreende o conjunto de bens, instrumentos e meios de natureza material e imaterial, no qual o servidor exerce suas atividades laborais.
- (D) prevenção é o conjunto de ações articuladas de forma participativa com o objetivo de produzir um ambiente de trabalho saudável.
- (E) acidente em serviço é o evento súbito do qual possa resultar ou não, dano físico ou psíquico ao servidor, relacionado com as atribuições da função exercida, e causado por ato inseguro do servidor.

**16.** No tocante à Norma Operacional de Saúde do Servidor-NOSS, observe as seguintes afirmativas:

- I - O planejamento, a operacionalização e a avaliação das ações de promoção e vigilância à saúde serão subsidiados pelas informações epidemiológicas.
- II - A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) é um ato fundamental para a efetivação desta norma.
- III - As principais estratégias para a implementação da NOSS são as avaliações dos ambientes e processos de trabalho, o acompanhamento da saúde do servidor e as ações educativas em saúde pautadas na metodologia de pesquisa-intervenção.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**17.** A Política Nacional de Humanização (PNH) existe para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. Uma das diretrizes da PNH é a Clínica Ampliada, que tem por objetivo:

- (A) tomar a remissão de sintoma e a cura como seu alvo, pois muitas vezes ao atendimento dos usuários ocorre de maneira não resolutive.
- (B) realizar a avaliação diagnóstica dos usuários priorizando a objetividade, mas levando em consideração aspectos epidemiológicos prevalentes do território.
- (C) definir a intervenção terapêutica levando em consideração predominantemente os aspectos orgânicos, mas de acordo com uma clínica baseada em evidências.
- (D) produzir saúde e ampliar o grau de autonomia dos sujeitos.
- (E) considerar os problemas sociais e emocionais como objeto de trabalho dos profissionais de saúde que deverão atuar de forma multidisciplinar, mas dentro dos limites de suas especialidades.

**18.** Para a implementação das diretrizes da PNH foram desenvolvidos os seguintes dispositivos, EXCETO:

- (A) Visita Aberta e Direito à Acompanhante.
- (B) Programa de Formação em Saúde do Trabalhador.
- (C) Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.
- (D) Colegiado Gestor.
- (E) Acolhimento com Classificação de Riscos.

**19.** A Lei nº 8.213/1991 estabelece as regras do Regime Geral de Previdência Social. Considera acidente de trabalho o fato ocorrido pelo exercício do trabalho que provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade para o trabalho. No tocante a esta Lei, é correto afirmar que:

- (A) a doença profissional não é considerada como acidente de trabalho.
- (B) em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação oficial de doenças relacionadas ao trabalho resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.
- (C) o acidente sofrido no local e no horário do trabalho em consequência de desabamento, inundação e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior não são equiparados ao acidente de trabalho.
- (D) o acidente ocorrido fora do local e horário de trabalho não é equiparado ao acidente de trabalho quando o trabalhador presta espontaneamente um serviço à empresa para lhe evitar prejuízo.
- (E) considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, exclusivamente o dia em que for realizado o diagnóstico.

**20.** A Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.360/2022 estabelece orientações acerca da concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS da União. Considerando estas orientações, é correto afirmar que:

- (A) o servidor com deficiência poderá se aposentar com tempo de contribuição reduzido e proporcional ao grau de deficiência: grave, moderada ou leve.
- (B) é incompatível ao servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho exercer atividade na iniciativa privada, exceto nos casos em que ele seja considerado apto no exame admissional da empresa contratante.
- (C) o servidor aposentado que voltar a exercer atividade que denote a recuperação da capacidade laboral, terá a aposentadoria por incapacidade permanente cassada de ofício e sem direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (D) são considerados como tempo de serviço no cargo efetivo, para fins de aposentadoria, a licença para tratamento da própria saúde, até o limite de 12 meses.
- (E) será assegurado, sem restrições, o direito do servidor se aposentar voluntariamente, mesmo que esteja respondendo a Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

**21.** De acordo com a norma ABNT NBR 14276:2020 Brigada de incêndio e emergência — Requisitos e procedimentos, o responsável pelo aviso e orientação das pessoas de um ou mais setores ou áreas para a saída e direcionamento a um determinado ponto de encontro e posterior contagem é o:

- (A) líder de abandono de área.
- (B) líder de brigada.
- (C) coordenador de emergência.
- (D) responsável pela brigada de emergência da planta.
- (E) técnico de segurança.

**22.** Em relação ao cadastro de acidente do trabalho, NÃO é correto afirmar que:

- (A) o acidente de trajeto deve ser tratado à parte, não sendo incluído no cálculo usual das taxas de frequência e de gravidade.
- (B) doença do trabalho é a doença decorrente do exercício continuado ou intermitente de atividade laborativa capaz de provocar lesão por ação mediata.
- (C) doença profissional e a doença do trabalho causada pelo exercício de atividade específica, constante de relação oficial.
- (D) acidente do trabalho é a ocorrência imprevista e indesejável, instantânea, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal.
- (E) no período destinado à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local de trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

**23.** Segundo a RDC 50 de 21/02/2002 – Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, existem quatro níveis de biossegurança, NB-1, NB-2, NB-3 e NB-4, crescentes no maior grau de contenção e complexidade do nível de proteção, que consistem de combinações de práticas e técnicas de laboratório e barreiras primárias e secundárias de um laboratório. São consideradas barreiras primárias e secundárias, respectivamente:

- (A) acesso controlado ao laboratório e sistemas de ventilação que minimizam a liberação de aerossóis infecciosos do laboratório.
- (B) portas de acesso dupla com fechamento automático e uso de aventais.
- (C) bancadas abertas com pias próximas e autoclaves disponíveis.
- (D) cabines de segurança biológica (CSB) e pias para higienização das mãos.
- (E) fluxo de ar negativo dentro do laboratório e cabines de segurança biológica.

**24.** A resolução da diretoria colegiada RDC nº 302 de 13/10/2005 estabelece os requisitos para o funcionamento dos laboratórios clínicos e postos de coleta laboratorial públicos ou privados. De acordo com a resolução, o responsável técnico pelo laboratório clínico e pelo posto de coleta laboratorial deve documentar o nível de biossegurança dos ambientes e/ou áreas, baseado:

- (A) nos equipamentos envolvidos, procedimentos realizados e nas instalações.
- (B) nos procedimentos realizados, microrganismos envolvidos e as medidas profiláticas existentes.
- (C) nos microrganismos, manuseio e equipamentos envolvidos.
- (D) nos equipamentos de proteção individual envolvidos, no manuseio e microrganismos.
- (E) nos procedimentos realizados, equipamentos e microrganismos envolvidos.

**25.** De acordo com a resolução RDC nº 222 de 28/03/2018, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), os RSS são classificados, conforme os grupos A, B, C, D e E. Os resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos, imunomoduladores e antirretrovirais, pertencem ao grupo:

- (A) A.
- (B) B.
- (C) C.
- (D) D.
- (E) E.

**26.** Segundo a RDC nº 222, os RSS do grupo A que não precisam ser obrigatoriamente tratados e os RSS após o tratamento, é correto afirmar que:

- (A) são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso.
- (B) são considerados rejeitos, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.
- (C) são equiparados aos resíduos domiciliares e devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana.
- (D) são descartados em recipientes identificados, rígidos, providos com tampa, resistentes à punctura, ruptura e vazamento.
- (E) são destinados conforme o risco presente.

**27.** Conforme diretrizes gerais para o trabalho em contenção com agentes biológicos, publicada pelo Ministério da Saúde, a importância da avaliação de risco dos agentes biológicos está, não somente na estimativa do risco, mas também no dimensionamento da estrutura para a contenção e a tomada de decisão para o gerenciamento dos riscos. Para isso, consideram-se alguns critérios, entre os quais: virulência, modo de transmissão, estabilidade, concentração e volume, dentre outros. Observe as afirmativas a seguir, em relação à virulência dos agentes biológicos:

- I – É a capacidade de manutenção do potencial infeccioso de um agente biológico no meio ambiente.
- II – Pode ser avaliada por meio dos coeficientes de letalidade e de gravidade.
- III - Está relacionada à quantidade de agentes patogênicos por unidade de volume.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**28.** De acordo com a Instrução Normativa SGP/SEGGE / ME nº 15, que estabelece orientações sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências, o adicional de irradiação ionizante somente poderá ser concedido:

- (A) aos indivíduos ocupacionalmente expostos que exerçam atividades em área controlada.
- (B) aos servidores que exerçam suas atividades em área controlada.
- (C) aos indivíduos ocupacionalmente expostos que exerçam atividades em área controlada ou em área supervisionada.

- (D) aos servidores que operem direta, obrigatória e habitualmente com raios-x ou substâncias radioativas, junto às fontes de irradiação por um período mínimo de 12 (doze) horas semanais.
- (E) aos servidores que tenham sido designados por portaria do dirigente do órgão onde tenham exercício para operar direta e habitualmente com raios-x ou substâncias radioativas.

**29.** Ainda acerca da Instrução Normativa SGP/SEGGE /ME nº 15, de 16/03/2022, cabe à unidade de recursos humanos do órgão ou da entidade:

- (A) informar à área de saúde e segurança do trabalho, quando houver alteração dos riscos.
- (B) caracterizar e justificar a condição ensejadora do adicional.
- (C) identificar o local de exercício ou o tipo de trabalho realizado pelo servidor.
- (D) realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais e proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.
- (E) verificar o tempo de exposição do servidor aos agentes agressivos.

**30.** A Lei nº 1.234 de 14/11/1950 confere direitos e vantagens a servidores que operam com raio X e substâncias radioativas. Segundo a lei, é um direito do servidor que opera diretamente com raios X e substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação:

- (A) regime máximo de doze horas semanais de trabalho.
- (B) regime máximo de vinte e quatro horas semanais de trabalho.
- (C) férias acumuláveis de vinte dias por semestre de atividade profissional.
- (D) férias de vinte dias por semestre de atividade profissional, concedidas em períodos não inferiores a 10 dias.
- (E) exposição máxima de 24 horas semanais de trabalho.

**31.** De acordo com o Decreto-Lei nº 1.873 de 27/05/1981, considera-se como efetivo exercício, os afastamentos em virtude de:

- (A) licença por motivo de doença em pessoa da família, licença para capacitação e licença para tratamento da própria saúde.
- (B) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, para o serviço militar e para atividade política.
- (C) licenças para tratamento da própria saúde, a gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
- (D) licença prêmio por assiduidade, licença para capacitação e para tratar interesses particulares.
- (E) licença por motivo de doença em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e em decorrência de acidente em serviço.

**32.** Segundo a norma ISO 45001:2018 – Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho (SST) – Requisitos com orientações para o uso, a organização deve estabelecer, implementar e manter processos para consulta e participação dos trabalhadores, em todos os níveis e funções aplicáveis (e, se existirem, dos representantes deles), no desenvolvimento, planejamento, implementação, avaliação de desempenho e ações de melhoria do sistema de gestão de SST. A respeito da consulta e participação dos trabalhadores, NÃO é correto afirmar que:

- (A) fornecer treinamento sem custo e durante o horário de trabalho pode criar barreiras significativas à participação dos trabalhadores.
- (B) é possível utilizar a representação dos trabalhadores como mecanismo de consulta e participação.
- (C) a organização deve enfatizar a consulta a trabalhadores não gerenciais na determinação das necessidades e expectativas das partes interessadas.
- (D) a participação permite que os trabalhadores contribuam para os processos de tomada de decisão sobre medidas e mudanças propostas para o desempenho de SST.
- (E) obstáculos e barreiras à participação dos trabalhadores podem incluir barreiras linguísticas ou de alfabetização.

**33.** A ISO 45001:2018 considera que, a hierarquia dos controles tem o objetivo de fornecer uma abordagem sistemática para melhorar a saúde e segurança no trabalho, eliminar perigos e reduzir ou controlar os riscos de SST. Assim, a norma apresenta uma lista de medidas, dentre as quais, controles de engenharia e administrativos. São exemplos de controles administrativos, EXCETO:

- (A) realizar inspeções periódicas de equipamentos de segurança.
- (B) realizar treinamento para prevenir o bullying e o assédio.
- (C) fornecer instruções de como relatar incidentes, não conformidades e vitimização sem medo de retaliação.
- (D) isolar as pessoas do perigo.
- (E) gerenciar a coordenação de saúde e segurança com as atividades dos subcontratados.

**34.** A Resolução nº 18 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a classificação de riscos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os níveis de biossegurança a serem aplicados nas atividades e projetos com OGM e seus derivados em contenção. São quatro, os Níveis de Biossegurança: NB-1, NB-2, NB-3 e NB-4, crescentes no maior grau de contenção e complexidade do nível de proteção, de acordo com a Classe de Risco do OGM. As instalações e procedimentos exigidos para o NB-3 devem atender às especificações estabelecidas para o NB-1 e o NB-2, observando-se ainda que:

- (A) não é necessário que as instalações estejam separadas das demais dependências físicas da instituição, inclusive áreas de circulação livre.
- (B) procedimentos devem ser conduzidos dentro de cabines de segurança biológica Classe I ou II.
- (C) as câmaras de entrada e saída de pessoal devem ser separadas por chuveiro.
- (D) o sistema de ar deverá ser revisado e validado anualmente por firma com experiência comprovada.
- (E) as janelas das instalações devem ser lacradas, com vidros duplos de segurança.

**35.** O processo de gestão de riscos, de acordo com a norma ABNT NBR ISO 31000:2018 - Gestão de riscos - Diretrizes, envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do contexto e avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, registro e relato de riscos. O processo de avaliação de riscos é definido como um processo global de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos. De acordo com a norma, o propósito da identificação de riscos é:

- (A) auxiliar as partes interessadas pertinentes na compreensão do risco, na base sobre a qual decisões são tomadas e nas razões pelas quais ações específicas são requeridas.
- (B) encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos.
- (C) compreender a natureza do risco e suas características, incluindo o nível de risco, onde apropriado.
- (D) personalizar o processo de gestão de riscos, permitindo um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado.
- (E) selecionar e implementar opções para abordar riscos.

**36.** Ainda segundo a ABNT NBR ISO 31000:2018, a Avaliação de riscos:

- (A) tem o propósito de compreender a natureza do risco e suas características, incluindo o nível de risco, onde apropriado.
- (B) envolve a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, consequências, probabilidade, eventos, cenários, controles e sua eficácia.
- (C) pode ser influenciada por qualquer divergência de opiniões, vieses, percepções do risco e julgamentos.
- (D) considera fatores como a probabilidade de eventos e consequências; a natureza e magnitude das consequências e a eficácia dos controles existentes.
- (E) tem o propósito de apoiar decisões.



37. A norma ABNT NBR IEC 31010:2021 relaciona até que ponto cada técnica é aplicável aos diferentes estágios do processo de avaliação de riscos, nomeadamente a identificação de riscos, a análise de riscos, que compreende as etapas de consequência, probabilidade e nível de risco, e avaliação de riscos. Uma técnica considerada fortemente aplicável em todos os estágios é:

- (A) Análise de modos e efeitos de falha.
- (B) Matriz de probabilidade/consequência.
- (C) Análise de árvore de eventos.
- (D) Gráfico de Pareto.
- (E) Simulação de Monte Carlo.

38. Acerca das técnicas apresentadas na norma ABNT NBR IEC 31010:2021, a técnica conhecida como uma representação gráfica de caminhos das causas de um evento até suas consequências é:

- (A) o Método de Análise de Ishikawa (espinha de peixe).
- (B) a Análise de Árvore de Eventos.
- (C) a Análise *Bow Tie*.
- (D) a Análise de Árvore de Falhas.
- (E) a Análise de Árvore de Decisões.

39. Segundo a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.360, que estabelece orientação acerca da concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria, a caracterização e a comprovação do exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, obedecerão ao disposto na legislação em vigor na época do exercício das atribuições do segurado. A exposição aos agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, deverá superar os limites de tolerância estabelecidos segundo critérios quantitativos ou estar caracterizada de acordo com os critérios da avaliação qualitativa de riscos comprovada pela descrição:

- I - das circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho.
- II - de todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes mencionados no inciso I deste parágrafo.
- III - dos meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

40. Com relação à classificação de risco dos agentes biológicos do Ministério da Saúde, a Classe de Risco 2 dos agentes biológicos é aquela que apresenta:

- (A) baixo risco individual e à coletividade e existe profilaxia ou terapia eficaz.
- (B) risco individual baixo e à coletividade moderado e não existe profilaxia ou terapia eficaz.
- (C) risco individual moderado, risco à coletividade baixo e existe profilaxia ou terapia eficaz.
- (D) risco individual elevado e à coletividade moderado e ainda não existe profilaxia ou terapia eficaz.
- (E) risco individual moderado, risco à coletividade alto e ainda não existe profilaxia ou terapia eficaz.

# Prova Discursiva

## QUESTÃO

O objetivo da NR-13, CALDEIRAS, VASOS DE PRESSÃO, TUBULAÇÕES E TANQUES METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO, é estabelecer requisitos mínimos para a gestão da integridade estrutural de caldeiras, vasos de pressão, suas tubulações de interligação e tanques metálicos de armazenamento nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando a segurança e saúde dos trabalhadores.

Em se tratando de vasos de pressão, a inspeção de segurança periódica, constituída por exames externo e interno, deve obedecer aos prazos máximos indicados na Tabela 2 da NR-13, com base na categoria do vaso:

Sobre os vasos de pressão, redija um texto, com o mínimo de 50 linhas e o máximo de 150 linhas, respondendo à seguinte questão:

Quais são as considerações obrigatórias constantes na NR-13 para a categorização de um vaso de pressão?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

